

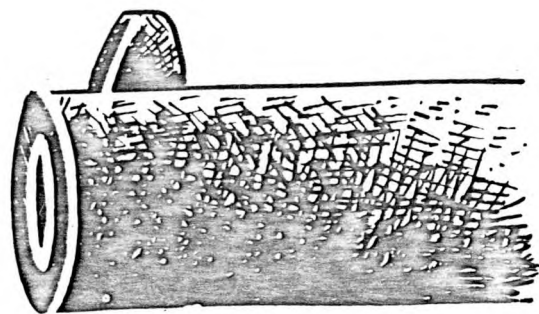
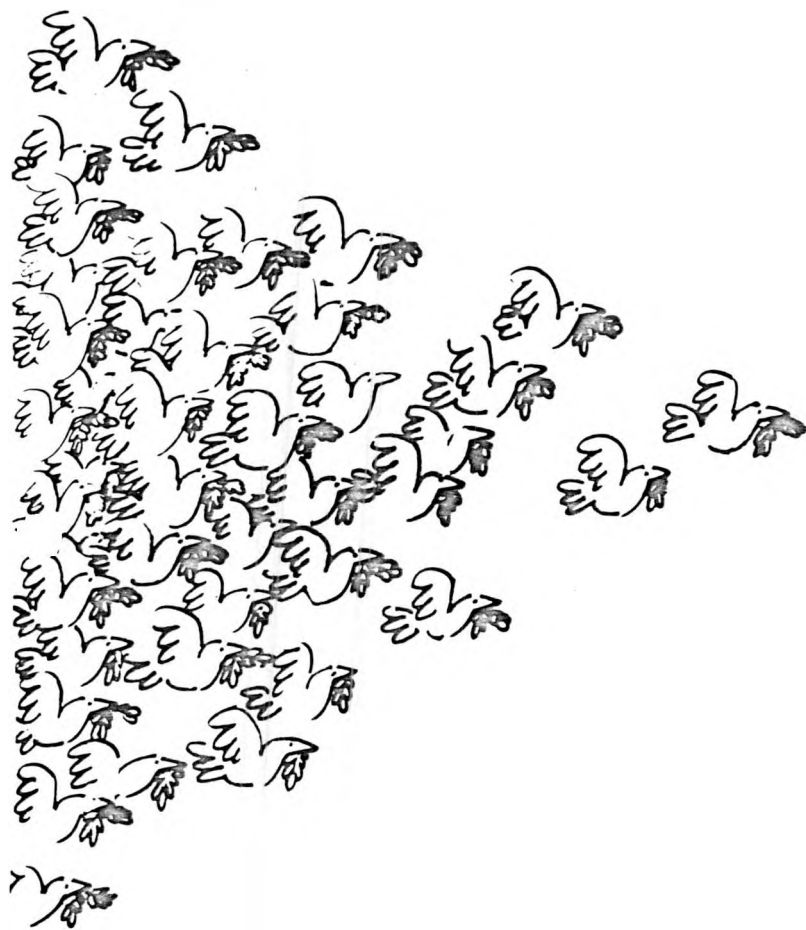
0025

1990- Ano Internacional
da Alfabetização

Autores: Maria Luiza Pereira
Angelina

Ano: 1990

DIREITOS HUMANOS



OSCAR.

SERVIÇO NACIONAL JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

SERPAJ — BRASIL

Ano I — JAN/JUL — 1990 — nº 2



A PAZ É
FRUTO DA
JUSTIÇA

SERPAJ-BRASIL

Redator Responsável
Marco Antonio Gonçalves

Equipe de Redação
Altemir Labes
Tânia Regina Zamberlam
Maria Luiza Pereira Angelim
Maurílio de Oliveira
Marinho Donizeti dos Santos
Gerardo Alvarez

Comitê Editorial
Sílvia Teresinha Gonçalves
Norberto Chemin
Maria Clécera Alves da Silva
Tânia Regina Zamberlam

Diagramação e Composição
Artexto – Serviços Gráficos e
Editoriais Ltda.

Impressão
De Zorzi S/A
Indústria Gráfica

**Material Informativo de
circulação interna**

Revista sob a responsabilidade
de Serviço Nacional Justiça e
Não-Violência – SERPAJ-BRASIL
SDS - Ed. Venâncio V sala 313
70302 – Brasília – DF
Tel.: (061) 225.8738

ÍNDICE

Editorial	3
Não-Violência Ativa	5
II Curso de Formação em Direitos Humanos para América Latina	9
1990 – Ano Internacional da Alfabetização	14
A Indústria Bélica no Brasil	18
Conversando sobre Dívida Externa	23
Verdade	26

International Literacy Year

Année internationale de l'alphabétisation

Año Internacional de la Alfabetización

1990 العام الدولي لحو الأمية

1990 — Ano Internacional da Alfabetização

Maria Luiza Pereira Angelim

Professora de Educação de Adultos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília-UnB

"Educação não se faz com demagogia. Educação se faz com seriedade e responsabilidade. E porque somos responsáveis estamos questionando o fazer educativo."

A proposta relativa a um Ano Internacional da Alfabetização foi formulada pelo Conselho Executivo da UNESCO em sua 128ª Reunião (maio-junho/1985), quando recomendou à Conferência Geral que dirigisse "à Assembléia Geral das Nações Unidas um apelo para proclamar um Ano Internacional da Alfabetização".

Em sua 23ª reunião, celebrada em Sofia, em 1985, a Conferência Geral da UNESCO considerou que a erradicação do analfabetismo antes do ano 2000, exigia uma urgência especial e devia ser um objetivo prioritário da comunidade internacional e da UNESCO. Fez-se um apelo para que se proclamasse um Ano Internacional da Alfabetização (AIA/90), de modo a contribuir para uma maior compreensão, por parte da opinião pública mundial, dos diferentes aspectos do problema do analfabetismo e a intensificação dos esforços de alfabetização e do desenvolvimento da educação.

Respondendo a este apelo, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou, em dezembro de 1987, a resolução 42/104, onde proclamou o ano de 1990 — Ano Internacional da Alfabetização e convidou a UNESCO para assumir a responsabilidade principal, dentro do sistema das Nações Unidas, para sua preparação e celebração.

Cerca de 100 mil organizações não-governamentais, que atuam no campo educacional em todo o mundo, somaram-se à iniciativa da UNESCO e, em outubro de 1987, fundaram o "Grupo de Acción Internacional para la Alfabetización" (ITFL — International Task Force on Literacy) ou GITA — Grupo Internacional de Trabalho

para a Alfabetização. Este grupo de trabalho foi reconhecido pelo Comitê Permanente das Organizações Não-Governamentais da UNESCO, em dezembro de 1988 e tem seu escritório de coordenação em Toronto, Canadá, na sede do ICAE — International Council of Adult Education. O ITFL ou GITA tem como metas: incrementar a opinião pública em prol da alfabetização e criar novas redes; promover um "grande debate" sobre a natureza do problema e sua solução; e, promover a investigação e a avaliação. A meta global do GITA é assegurar que o AIA/90 tenha um impacto positivo a nível de base entre os praticantes e alunos envolvidos na alfabetização no mundo inteiro.

O GITA sugeriu às entidades a ele associadas a realização de um Pré-lançamento Mundial como forma de assegurar a mobilização e o sucesso do AIA/90.

A partir de um contato do ICAE com Moema Viezzer, da Rede Mulher, com a colaboração do CEDI, CEPIS e Vereda, realizou-se no dia 02/03/89, em São Paulo, uma reunião que contou com a participação de 50 educadores representando 19 organizações não-governamentais, governamentais, universidades e movimentos populares dedicados à alfabetização de adultos.

"Na avaliação dos presentes, a alfabetização de adultos no Brasil foi marcada historicamente pelo preconceito contra o analfabeto e comprometida pela ausência de uma política governamental consistente. As sucessivas campanhas emergenciais de alfabetização em massa, tiveram



Alfabetização

pouco sucesso e estiveram sujeitas a manipulações eleitorais, políticas e ideológicas. Avaliaram ainda que os educadores de adultos encontram-se bastante dispersos e desorganizados.

Baseados nesta avaliação, os presentes manifestaram-se no sentido de que o Ano Internacional de 1990 não deva ser encarado como mais uma "campanha emergencial" pela redução do analfabetismo, e sim, como um momento privilegiado para a difusão da problemática do analfabetismo e da alfabetização, no interior de um trabalho sistemático e duradouro, que transpõe os limites de um ano. Nesta perspectiva, o AIA90 deve servir a uma maior conscientização e mobilização da sociedade frente à problemática da alfabetização, à coordenação dos esforços daqueles que já estão empenhados nesta tarefa e à ampliação das possibilidades de expressão dos sujeitos deste processo, que são os educandos. As ações devem articular-se à luta dos movimentos populares e educadores pela escola pública, gratuita e de qualidade para todos os cidadãos — crianças, jovens e adultos. O movimento deverá dedicar especial atenção aos grupos sociais cujo acesso à alfabetização é mais dificultado: mulheres, negros e populações rurais."

A referida reunião aprovou uma declaração conjunta sobre o AIA90 (que encontra-se no final deste artigo), concedeu uma entrevista coletiva à imprensa e deliberou pela constituição de um grupo de trabalho de âmbito estadual. Surgiu assim, o Grupo Estadual de Trabalhos em Alfabetização em São Paulo-GETA/SP, como grupo aberto, formado por entidades e pessoas que desenvolvem trabalhos na área de alfabetização de adultos e crianças, com a incumbência de "aprofundar a reflexão sobre o tema; divulgar a problemática do analfabetismo junto à sociedade; pressionar as autoridades para que assumam suas responsabilidades face à alfabetização; promover encontros e eventos relacionados a alfabetização."

No âmbito federal, foi criada pelo Decreto Presidencial 97219 de 21/11/1988, a Comissão Nacional do AIA/90, presidida pelo educador Paulo Freire, que realizou a primeira reunião em agosto de 1989. Esta Comissão é constituída por órgãos do MEC, CONSED, UNDIME, CRUB, MEB, FCBTVE e onze personalidades ligadas à educação, tendo por Secretaria Executiva a Fundação EDUCAR. Por ocasião da segunda reunião da Comissão, em 27 de setembro de 1989, segundo a imprensa, Paulo Freire declarou que o país tem capacidade pedagógica e técnica para solucionar o problema do analfabetismo, "mas falta vontade política, já que a decisão beneficiará, não os ricos, mas os Josés e Marias dos morros, dos mangues, das favelas."

SITUAÇÃO MUNDIAL DA ALFABETIZAÇÃO

* Em 1985, haviam 889 milhões de adultos analfabetos no mundo, equivalendo a 27,7% da

população adulta mundial (maiores de 15 anos).

* 98% dos analfabetos do mundo estão em países do Terceiro Mundo.

* A Ásia constitui o "coração do problema" com 666 milhões de analfabetos.

* A África tem 162 milhões de analfabetos.

* A América Latina e Caribe possuem 44 milhões de analfabetos.

* 60% de todos os analfabetos adultos são mulheres.

* 35% de todas as mulheres adultas são analfabetas, enquanto que dos homens são 20,5%.

* A maioria dos analfabetos do mundo, vivem em áreas rurais de extrema pobreza.

* As taxas de analfabetismo são também muito altas nos subúrbios das grandes cidades.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

Dando cumprimento aos seus objetivos, o GETA/SP está organizando o I Congresso Brasileiro de Alfabetização. "A idéia básica é promover um evento de impacto na sociedade brasileira, ampliando a consciência sobre o problema do analfabetismo e comprometendo o novo Presidente da República, recém-empossado, com uma política efetiva de alfabetização de adultos, jovens e crianças. O Congresso pretende reunir educadores, educandos, entidades representativas da sociedade civil e representantes dos poderes públicos. A cidade de São Paulo sediará o Congresso para o qual já conta com o apoio do Secretário Municipal da Educação, professor Paulo Freire. No Estado de São Paulo, a preparação para o referido Congresso já foi iniciada com a realização de Seminários Municipais e Regionais, cujos resultados serão apreciados em um Encontro Estadual de Alfabetização.

Fruto de iniciativa de educadores, organizações populares, organizações não-governamentais e governamentais, sindicatos, associações de empregados, o fato é que no Brasil de hoje, a alfabetização de crianças, jovens e adultos, está em pauta, ainda que de forma tímida em relação à gravidade do problema. Entretanto, é importante destacar a nova qualidade no tratamento da questão, quando se fortalecem as tendências de apelo ao compromisso político, expressos nas experiências em realização e no dever constitucional do poder público. Este é o fato que deverá garantir o AIA/90 como motivo de aglutinação de esforços político-pedagógicos daqueles para os quais a alfabetização de crianças, jovens e adultos brasileiros é um desafio, enquanto cidadão.

Sintonizados com um problema de dimensão mundial, o AIA/90, constitui mais uma oportunidade de despertar uns cidadãos, mobilizar outros e, sobretudo, comprometer o poder público com a decisão política de resolver um problema que atinge, no mínimo, 35 milhões de brasileiros.

Participar do AIA/90 é comprometer-se na ação. Informe-se sobre o analfabetismo de sua cidade. Encontre-se com quem já está alfabetizando, organize-se e programe ações concretas. Troque experiências, comunique-se.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS PARTICIPANTES DA REUNIÃO SOBRE O ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (S. Paulo, 02.03.89)

Nós, educadores comprometidos com a causa da alfabetização no Brasil, aqui reunidos em razão do pré-lançamento, pela UNESCO, do Ano Internacional da Alfabetização, que terá lugar em 1990, vimos a público manifestar nossas inquietações.

Embora a extinção do analfabetismo nos próximos dez anos seja uma determinação constitucional, os indicadores existentes no Brasil não apontam nesta direção. Razões de ordem política, social, econômica e pedagógica sustentam esta conclusão.

1. Razões de ordem política

Erradicar o analfabetismo em dez anos supõe, em primeiro lugar, considerar a alfabetização e o ensino básico, tanto das crianças como dos jovens e adultos, uma prioridade nacional, na qual todas as forças vivas da nação estejam engajadas. Infelizmente, o Brasil convive com estruturas arcaicas originárias dos tempos coloniais que teimam em permanecer sustentadas por uma elite predadora, unicamente interessada na manutenção de seus privilégios, que nunca concentrou seus esforços na superação de demandas sociais. Contentaram-se os detentores da vontade política com pronunciamentos demagógicos contra a miséria, em promessas jamais cumpridas e slogans vazios de atitudes coerentes. Nada indica que exista alguma mudança neste comportamento. Portanto, não acreditamos que exista uma vontade política disposta a reverter o quadro da educação brasileira e muito menos erradicar o analfabetismo nos próximos dez anos.

2. Razões de ordem social

A análise da população analfabeta mostra que ela não se distribui igualmente por todos os segmentos da sociedade brasileira. Concentra-se significativamente nas camadas mais pobres. Justamente nas camadas mais castigadas pelas estruturas arcaicas que denunciemos acima. Tão castigadas que temos dúvida quanto ao seu real interesse pela alfabetização. Como concentrar-se na alfabetização e educação básica quando a posse da terra agricultável concentra-se nas mãos de uma minoria latifundiária, gerando miséria e violência tanto nas áreas rurais quanto nos centros urbanos? Como concentrar-se na alfabetização quando menos de 20% da população brasileira dispõe de moradia digna? Como concentrar-se na alfabetização quando as diferenças entre o maior e o menor salário, numa empresa, chegam a 200, 250 e 300 vezes? Como priorizar a alfabetização quando temos um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo? Como priorizar a alfabetização quando mais de trezentas crianças em cada mil morrem antes de completar o primeiro ano de vida, por absoluta falta de recursos? Como priorizar a alfabetização quando temos um dos menores salários mínimos do mundo?

3. Razões de ordem econômica

Não se extinguirá o analfabetismo brasileiro sem recursos compatíveis com a tarefa. Como não existe vontade política para tanto e as estruturas brasileiras são iníquas, constatamos que os recursos econômicos disponíveis são insignificantes e nada indica que venham a crescer. Observamos com pesar que grande parte do produto do trabalho dos brasileiros tem sido sistematicamente usado para a manutenção de subsídios vergonhosos, privilégios indefensáveis, obras de interesse coletivo reduzido e custo, no mínimo, três vezes maior do real. Quando não desperdiçado em uma corrupção irrefreada e jamais punida. Não é de se estranhar, portanto, que os recursos para a erradicação do analfabetismo sejam insuficientes.

Reconhecemos que a fixação de um percentual da arrecadação para uso obrigatório na educação, significa uma conquista significativa desde que este percentual seja aplicado competentemente. Todavia, nos últimos anos, uma perversa conjuntura internacional transformou compulsoriamente o Brasil em um grande exportador de capitais. Uma dívida externa nebulosamente contraída e ampliada às custas de juros decididos segundo interesses externos e impostos unilateralmente conseguiram este milagre. Exportamos capitais conseguidos com a fome e a miséria da maioria da população e da

A alfabetização de adultos no Brasil foi marcada historicamente pelo preconceito contra o analfabeto e comprometida pela ausência de uma política governamental consistente.

"A erradicação do analfabetismo só poderá vir realmente no momento em que sua causa principal for atacada, garantindo a escolarização fundamental para todos."
(Moacir Gadotti)

estagnação do desenvolvimento econômico nacional. Situação absurda que compartilhamos com toda América Latina. Assim, um percentual da arrecadação para a educação torna-se insuficiente quando esta arrecadação tende a decrescer.

4. Razões de ordem pedagógica

Nós, educadores, reconhecemos também nossa parcela de responsabilidade na inviabilidade da extinção do analfabetismo nos próximos dez anos. Apesar de vivermos em um país com mais de 50 milhões de analfabetos, conhecemos muito pouco sobre a alfabetização de jovens e adultos. A maior parte do conhecimento disponível provém do final dos anos 50 e início dos anos 60. Embora 70% do orçamento do Ministério da Educação seja destinado às universidades, existe maior conhecimento acumulado sobre transplantes, administração financeira, turismo, paisagismo ou propaganda do que sobre educação das camadas

populares. Nós, educadores, sabemos como educar crianças e jovens das classes média e alta, mas costumamos ficar perplexos frente a crianças, jovens e adultos das camadas populares. Confessamos nossa parcela de responsabilidade por estarmos anualmente ampliando as estatísticas de analfabetismo adulto com crianças que são expulsas da escola por nossa incompetência pedagógica.

5. Conclusão

A manifestação pública de nossas preocupações tem por objetivo alertar a consciência nacional para o problema em busca de soluções. Caso isto não seja possível, esperamos, ao menos, evitar que aconteça o que tem sido um processo comum em nossa história, que é transformar as vítimas em culpadas, ou seja, no futuro culpar o analfabeto pelo seu analfabetismo.

